

Relatório de Gestão

Exercício 2023



Santander Pensões

SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Índice

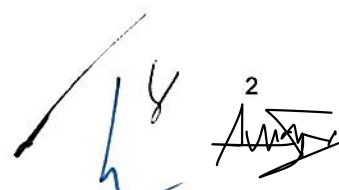
SUMÁRIO EXECUTIVO	3
ÓRGÃOS SOCIAIS EM FUNÇÕES	4
ESTRUTURA ACIONISTA	5
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO	6
PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE	17
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	20
OUTROS FACTOS RELEVANTES	20
CONTINUIDADE DA ATIVIDADE	21
OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	21
PERSPETIVAS PARA 2024	22
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	22
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
NOTA FINAL	22

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023



18/2

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

No ano de 2023, a Sociedade continuou responsável pela gestão do Fundo de pensões do Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa. No ano anterior, em 26 de outubro, foi transferida a gestão do Fundo de Pensões BANIF para a Sociedade, após conclusão do processo com a entidade reguladora, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

A 31 de outubro de 2023, ocorreu a extinção do Fundo de Pensões Banif com a fusão no Fundo de Pensões Banco Santander Totta.

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta passou a estar dividido em três subfundos, um afeto ao financiamento do Plano de Pensões Banco Santander Totta, designado por Subfundo Secção A e os outros dois ao financiamento, respetivamente, do Plano de Pensões I BANIF, de benefício definido, designado por Subfundo Benefício Definido Secção B, e do Plano de Pensões II BANIF e Plano de Pensões III BANIF, ambos de contribuição definida, designado por Subfundo Contribuição Definida Secção B.

Os riscos financeiros foram sempre acautelados, mantendo um rigoroso controlo sobre os riscos operacionais e legais, as flutuações de mercado e o sustento da liquidez.

A gestão das carteiras está delegada na Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“SAM”), sendo partilhadas entre as sociedades as componentes de operações, riscos e compliance e financeira.

Destaque para o Fundo de Pensões Banco Santander Totta que foi distinguido com o prémio de Melhor Fundo de Pensões em Portugal 2023 pela prestigiada revista britânica IPE - Investments & Pensions Europe, no âmbito do evento IPE Conference & Awards 2023, pelo terceiro ano consecutivo.

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000- NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023



3



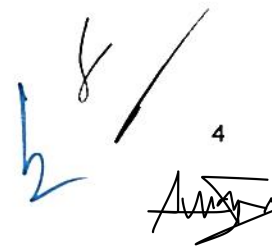
ÓRGÃOS SOCIAIS EM FUNÇÕES

Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2022/2024	
Presidente	António Terra da Motta
Secretário	Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

Conselho de Administração – Mandato 2022/2024	
Presidente	Nuno Miguel de Oliveira Henriques
Vogal	Luis Manuel Matos Figueiredo (com funções executivas)
Vogal	Diego Ruiz Reija (não executivo)
Vogal	Amaya Lacabe Martinez (não executivo)
Vogal Independente	Sara Eusébio da Fonseca (não executivo)

Conselho Fiscal – Mandato	
Presidente	José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt
Vogal	Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento
Vogal	Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

Revisor Oficial de Contas – Mandato 2022/2024	
	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'L' and 'S' and a signature that appears to be 'Amaya'.

ESTRUTURA ACIONISTA

O capital social da Sociedade encontra-se representado por 200 000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., entidade constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5.º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de 7 912 789 286 euros.

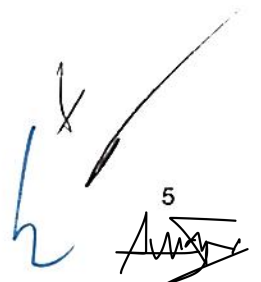
A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do atual acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos da operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023



5

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO

Economia Internacional

Após um ano de 2022 de má memória para os mercados, o primeiro trimestre deste ano registou subidas amplas comparativamente com ganhos em ações, crédito, obrigações soberanas, ativos de mercados emergentes e cripto moedas. As matérias-primas foram a única exceção significativa a este padrão, com os preços do petróleo a caírem em todos os meses do primeiro trimestre. A análise macroeconómica de alto nível para o trimestre começou com uma nota algo otimista graças às muitas notícias positivas em janeiro.

Por exemplo, o preço do gás natural na Europa diminuiu -24,8% de janeiro a fevereiro, o que dissipou as preocupações sobre uma possível recessão. O aumento da confiança dos consumidores, que atingiu o seu ponto mais alto dos últimos meses, refletiu-se numa série de indicadores de sentimento. Entretanto, a economia da China continuou a abrir e as restrições foram flexibilizadas, aumentando as expectativas de que mais economias a nível global iriam registar crescimento. Devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas, muitos ativos tiveram um início de ano muito forte. Por exemplo, o S&P 500 (+6,3%) e o STOXX 600 (+6,8%) na Europa tiveram o melhor início de ano desde 2015. Mas, à medida que fevereiro avançava, o ambiente nos mercados tornou-se decididamente mais sombrio.

A principal causa foi a divulgação de dados económicos positivos publicados nos EUA e uma inflação mais elevada do que o previsto, que convenceram os investidores de que estavam iminentes mais aumentos de taxas de juro. De facto, o desemprego atingiu um mínimo de 53 anos de 3,4%, o que suscitou um debate sobre a possibilidade de um cenário de "no landing" da economia dos EUA, que significava inflação elevada e crescimento robusto, forçando a Reserva Federal a ainda mais aumentos de taxas. Não obstante, os Estados Unidos não foram o único país a registar esta tendência. A inflação subjacente na Zona Euro atingiu um máximo histórico de +5,3% em janeiro, de acordo com os dados divulgados em fevereiro o que desencadeou uma liquidação significativa de obrigações internacionais, com o *Global Aggregate Bond Index* da Bloomberg a registar o seu pior desempenho em fevereiro desde a sua criação em 1990 (-3,3%).

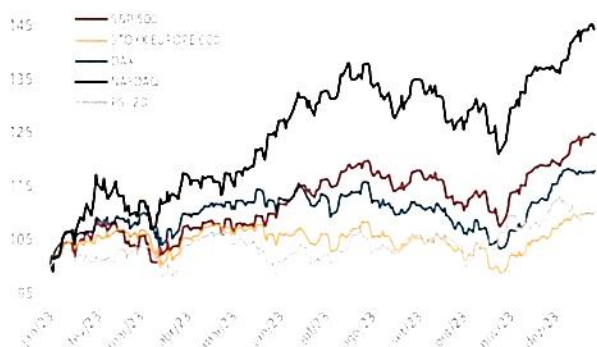
Em março, os investidores aumentaram as suas expectativas para as taxas terminais do banco central devido à persistência da inflação. No seu testemunho semestral no Congresso, o Presidente da FED confirmou esse facto, afirmando que a FED estaria preparada para aumentar o ritmo de subida das taxas e deixando explicitamente a porta aberta a futuras alterações de 50 pontos base. Pouco depois, a 8 de março, as taxas de rendibilidade a 2 anos atingiam

um máximo não observado desde 2007 e as expectativas para a taxa terminal da FED atingiam um novo máximo do ciclo de 5,69%. A curva de 2s10s fechou nesse dia com uma inversão de -109bps, o que não acontecia desde 1981. Mas, tudo isto mudou abruptamente quando o Silicon Valley Bank entrou em colapso, suscitando preocupações sobre o sistema financeiro e receios de um maior contágio. Na sequência de um intenso escrutínio por parte dos investidores e de saídas significativas de depósitos, o Credit Suisse acabou por ser comprado pelo UBS com garantias do governo suíço. Devido à significativa turbulência no mercado que resultou desta situação, os investidores questionaram-se se os bancos centrais iriam terminar o atual ciclo de aumento das taxas. Em meados de março, as taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro a 2 anos registaram a maior descida diária desde 1982 e apesar da recuperação geral do mercado acionista, as ações dos bancos sofreram um impacto negativo, com o índice de bancos KBW a cair -17,9%. No final do mês, os mercados davam indicação que estariam a estabilizar-se. Desde o pico da agitação, as medidas de volatilidade, como o índice MOVE e o índice VIX, diminuíram significativamente, impulsionados pelas melhoras nas condições financeiras. Além disso, como os investidores estavam muito menos preocupados com aumentos abruptos das taxas, as obrigações soberanas tiveram um desempenho excecional. De facto, desde março de 2020, quando os investidores se refugiaram em paraísos seguros e a FED reduziu as taxas e reiniciou a compra de obrigações, os títulos do Tesouro dos EUA tiveram o seu melhor desempenho mensal em três anos.

Os mercados financeiros tiveram um segundo trimestre mais inconsistente. Alguns investimentos tiveram um

Mercados acionistas em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



desempenho excecional, com as ações tecnológicas a superarem significativamente outros investimentos devido ao interesse na Inteligência Artificial (IA). Isto incluiu outros ativos de risco, o que contribuiu para a diminuição da volatilidade devido à falta de evidências de que os problemas de março tivessem repercussões financeiras mais vastas. Contudo, a inflação persistente e a continuação da política restritiva dos bancos centrais

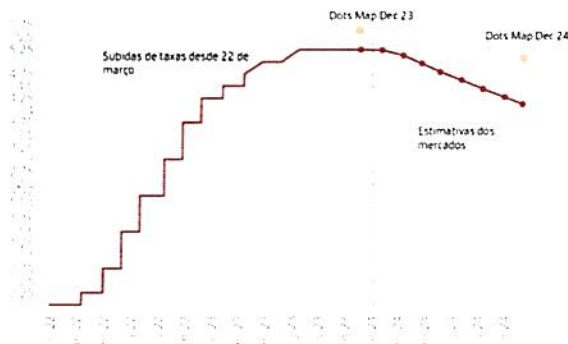
causariam a subida de *yields* nas obrigações soberanas. Em geral, as matérias-primas também tiveram dificuldades, com os preços do petróleo bruto *Brent* a caírem pelo quarto trimestre consecutivo. Os investidores mostraram-se receosos quanto ao início do segundo trimestre, após a significativa turbulência do mercado em meados de março pela possibilidade de mais falências bancárias. Antes de ser encerrado em 1 de maio, o First Republic Bank, em particular, esteve sob pressão crescente, tornando-se o terceiro banco a falir este ano, depois do SVB e do Signature.

A maioria dos seus ativos foi adquirida pelo JPMorgan e, a 4 de maio, o índice KBW Banks fechou no seu ponto mais baixo em mais de dois anos. Mas o que foi notável no segundo trimestre foi o facto de a turbulência financeira parecer isolada, pelo menos por enquanto. De facto, em junho, o índice VIX de volatilidade das ações tinha recuado para o seu nível mais baixo desde o surto de Covid-19 e tinha terminado o terceiro trimestre em apenas 13,59 pontos, marcando um declínio significativo.

Os bancos centrais continuaram a concentrar-se na manutenção de níveis elevados de inflação, uma vez que a turbulência financeira parecia estar mais sob controlo. Enquanto a inflação global caiu no segundo trimestre, a inflação subjacente manteve-se muito mais resistente. Por exemplo, os dados mais recentes relativos a maio revelaram que a inflação subjacente do índice de preços no consumidor (IPC) nos EUA se situou em 4,6%, ou seja, ligeiramente abaixo do nível de 4,7% registado três meses antes. À semelhança dos EUA, a inflação subjacente na Zona Euro manteve-se

EUA: Futuros das taxas dos Fed Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg, 22 de Maio de 2023



em 5,4% em junho, apenas ligeiramente abaixo do pico de 5,7% registado em março.

O aumento da inflação exigiu que os bancos centrais continuassem a aumentar as suas taxas diretoras. A FED aumentou as taxas em 25 pontos base adicionais em maio e, apesar de ter feito uma pausa em junho pela primeira vez em mais de um ano, o seu gráfico de pontos previa mais dois

aumentos das taxas para o saldo de 2023.

O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

Em resultado da persistência da inflação e dos bancos centrais "hawkish", as obrigações soberanas registaram dificuldades no segundo trimestre. As obrigações do Tesouro dos EUA registaram uma descida de 1,4%, pondo fim a dois trimestres consecutivos de ganhos, enquanto as obrigações alemãs registaram uma descida mais moderada de -0,4%. No entanto, os títulos com pior desempenho foram os *gilts* (-6,0%), que registaram a maior queda desde a turbulência do mini-orçamento em outubro passado. No Reino Unido, onde a taxa de inflação do IPC é a mais elevada do G7, registaram-se várias surpresas positivas em termos de inflação e o Banco de Inglaterra aumentou inesperadamente as taxas de juro em 50 pontos base em junho. Em comparação com outros bancos centrais, os mercados estão a prever um ciclo de aperto mais agressivo para o Banco de Inglaterra, com os *swaps* de índice *overnight* a preverem uma taxa terminal superior a 6%.

Taxa de depósito baseada em Forwards €STRN

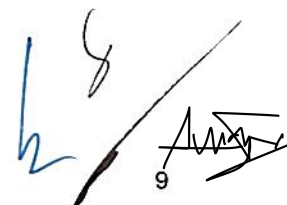


Apesar das preocupações com a inflação e a descida do preço das obrigações soberanas, os ativos de risco tiveram, de um modo geral, um bom desempenho no 2.º trimestre. Por exemplo, o S&P 500 aumentou +8,7% em termos de retorno total, o que se seguiu a um ganho de +7,5% no primeiro trimestre e é o maior ganho trimestral desde o quarto trimestre de 2021. O Nikkei no Japão, registou o seu segundo melhor desempenho trimestral numa década, já o STOXX 600 (+2,7%) na Europa foi menos rápido, mas ainda conseguiu registar o seu terceiro ganho trimestral consecutivo superior a 6%.

	2023	2024e
PIB EUA	2,40%	1,40%
Inflação EUA	4,20%	2,90%
PIB Zona Euro	0,50%	1,20%
Inflação Zona Euro	5,60%	3,30%
PIB Portugal	2,10%	1,50%
PIB Espanha	2,20%	1,70%
PIB China	4,90%	4,00%

Com o NASDAQ a subir +13,1% e o índice FANG+ das mega capitalizações tecnológicas a subir +25,2%, as ações tecnológicas voltaram a liderar o desempenho do sector. O que foi possível devido ao intenso entusiasmo em torno do potencial da IA para aumentar a produtividade e acelerar o crescimento económico. A Nvidia (+52,3%) teve um dos desempenhos excecionais no segundo trimestre devido à procura de processadores de IA, o preço das suas ações aumentou no final de maio, depois de terem anunciado ganhos com uma perspetiva muito superior às expectativas, aumentando em +189.5% até à data.

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.



9

No entanto, é importante notar que o S&P 500 igualmente ponderado não teve um desempenho tão bom quanto sua contraparte padrão, devendo-se ao facto de as ações tecnológicas terem tido um desempenho positivo tão significativo nos últimos meses.

A resolução do problema do teto da dívida dos EUA, que causou brevemente uma volatilidade significativa no mercado, foi outro fator de apoio aos mercados. De facto, durante um breve período de tempo, as *yields* das obrigações do Tesouro com vencimento após o prazo para a negociação do teto da dívida norte americano subiram, ilustrando como os investidores estavam a exigir uma compensação adicional para manter as obrigações em risco de incumprimento. Mas, a 27 de maio, chegou-se a um compromisso e, em 3 de junho, o Presidente Biden assinou-o como lei.

O segundo semestre começou negativo para os mercados. O *selloff* de obrigações no início de agosto, conduzindo as *yields* ao seu nível mais elevado dos últimos anos, foi o principal acontecimento, tendo a *yield* da dívida norte-americana a 10 anos atingido 4,36%. Esta subida foi alimentada pelas *yields* reais estando a afetar significativamente a economia real com os juros pagos pela habitação.

O *Selloff* não teve causa específica, mas foi influenciado pela diminuição de *rating* dos EUA de AAA para AA+ pela Fitch. A preocupação crescente com o défice orçamental dos EUA solidificou a ideia de que as taxas se iriam manter mais altas por mais tempo.

Em Jackson Hole, Jerome Powell teve um tom muito menos agressivo do que no ano anterior, dissipando as preocupações sobre aumentos radicais de taxa. O inquérito *JOLTS* revelou que o mercado de trabalho continuou a arrefecer, com a taxa de demissões a regressar à sua taxa pré-pandémica de 2,3% e o número de vagas a cair para o seu nível mais baixo desde março 2021.

Fora dos EUA, as perspetivas económicas continuaram aquém do esperado, com o *PMI* composto da Zona Euro a recuar para 47,0, pior do que o previsto e no nível mais baixo desde final de 2020. Contudo, a leitura *flash* da inflação para a Zona Euro ainda está nos +5.3%, influenciada pelo aumento do preço do gás natural na Europa (+ 23,5% no mês), devido a uma possível greve nas instalações de GNL na Austrália.

A economia chinesa continuou a causar preocupação, provocando quedas no Shanghai Composite de -6,3%. Em parte, motivado por dificuldades no sector imobiliário, também o aumento homólogo das vendas a retalho e da produção industrial diminuiu para +3,7% e +2,5%, respetivamente. Como resposta, o Banco Popular da China reduziu a taxa da sua facilidade de crédito a médio prazo.

As obrigações e as ações recuperaram no fecho de agosto à medida que se generalizou o otimismo renovado sobre o *soft landing*. A inflação *core* também ajudou à recuperação com junho e julho a mostrarem a menor subida desde fevereiro de 2021. O S&P 500 (-1,6%) e o NASDAQ (-2,1%) estagnaram após 5 meses de subidas, continuando com +18,7% e +34,9%, desde início do ano. O Hang Seng (-8,2%) teve um dos seus piores meses (-4,4%) enquanto na Europa o DJ Stoxx 600 anulou os ganhos do mês anterior com -2,5% e o Eurostoxx 50 lateralizou (-0,42%).

No terceiro trimestre, apenas 11 de 38 classes de ativos financeiros estavam em território positivo, e em setembro apenas 7 tiveram comportamentos positivos, o que fez deste o pior mês de 2023. As quedas tiveram várias causas, mas a mais importante foi a sensação crescente de que os bancos centrais iriam provavelmente manter as taxas de juro mais elevadas durante mais tempo, a par de um aumento de \$20/barril do petróleo durante o trimestre. As perdas também contribuíram para a reputação de setembro como o pior mês para os mercados financeiros nos últimos anos. De facto, foi o quarto ano consecutivo em que o S&P 500 e o STOXX 600 registaram quedas em setembro, bem como o 7º ano consecutivo em que o agregado global de obrigações da Bloomberg registou uma queda no mês.

No que diz respeito aos ativos financeiros, a maior história do terceiro trimestre foi a correção das obrigações de longo prazo. A *yield* a 10 anos do Tesouro norte-americano terminou o trimestre com uma subida de +0,735% para 4,57%, valores que não se verificavam desde 2007, enquanto a *yield* do *bund* alemão a 10 anos subiu +0,448% para 2,84%, o que não se registava desde 2011.

Entretanto, também se verificou uma atenção crescente aos persistentes défices orçamentais norte-americanos e que impacto teriam nas taxas, sobretudo depois de a Fitch Ratings ter baixado a notação de crédito dos EUA em agosto, de AAA para AA+.

Este enquadramento levou a um fraco desempenho das ações, com o S&P 500 e o Eurostoxx 50 a cair -4,8% e -2,71% respetivamente. Este foi o pior mês do ano até à data para o índice norte americano e deixando-o com uma queda de -3,3%. No entanto, manteve-se positivo desde início do ano, com um ganho de +13,1%. Não obstante, estes movimentos não alteraram as expectativas de mercado para a política monetária da Reserva Federal e BCE.

O mês de outubro foi de novo fraco para os mercados e dominado, principalmente, pelo ataque do Hamas a Israel e consequente retaliação. A preocupação dos investidores centrou-se na possibilidade de alargamento do conflito a outros países do Médio Oriente e consequentes impactos em vários ativos importantes. Houve um impacto imediato no preço do *crude* e do ouro (+7,5% e +7,3% respetivamente) tendo corrigido no final do mês.

O outro grande foco do mês recaiu na resiliência da economia norte-americana, que não só adicionou mais 336 mil empregos como continua com pressões inflacionistas no preço médio do consumidor *core*, que adicionou mais 0,32%, um máximo nos últimos 5 meses. Dado isto, os futuros começaram a descontar uma probabilidade de 41,5% de subida de juros para a reunião da FED de janeiro 2024.

O impacto desta resiliência deu-se, sobretudo, nas *yields* das obrigações soberanas norte-americanas. A *Yield* a 10 anos subiu pelo sexto mês consecutivo - fechando nos 4,93%, tendo até chegado a ultrapassar o máximo histórico de 2007 de 5%-, o que transpareceu para a economia real com os empréstimos a habitação a 30 anos a apresentarem taxas fixas de 7,9%, o valor mais alto desde o ano 2000.

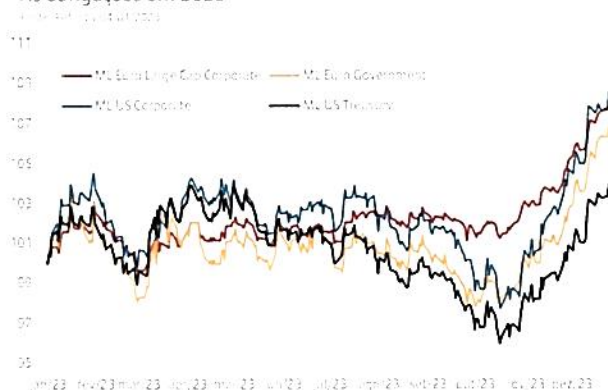
Em sentido contrário, os dados europeus foram muito mais fracos no mês, com a primeira estimativa do PIB da Zona Euro no terceiro trimestre a registar uma contração de -0,1%, o pior desempenho desde o segundo trimestre de 2020. No entanto, este ponto trouxe a boas notícias do lado da inflação, com o valor anual em outubro a cair para +2,9%, o mínimo dos últimos de dois anos, o que impulsionou as obrigações soberanas da Zona Euro, com ganhos de 0,4%.

As subidas de taxas apontaram também para quedas nos mercados acionistas, com o S&P500 a cair -2,1% - sendo a primeira vez que existe uma terceira queda consecutiva mensal desde março 2020 - e o Eurostoxx 600 com perdas de -3,6%. Os mercados emergentes também foram afetados, com o índice MSCI EM a registar -3,9%. Já do lado das obrigações, os ligeiros ganhos do lado europeu (bunds +0.3%, OATs +0.2% e BTPs +0.6%) contrastaram com as perdas no lado americano com declínios de -1.3%.

Em sentido inverso aos meses anteriores, novembro trouxe de novo a especulação sobre um *pivot* da FED devido à crescente confiança dos investidores de que se chegaria ao final do ciclo de subidas de taxa de juro. A recuperação dos mercados arrancou no início do mês após a última reunião da FOMC - onde foi dito que as condições financeiras tinham restringido "significativamente" - e foi depois apoiada com a surpresa na inflação dos EUA com o IPC global a subir apenas +0,04% e o *core* com uma ligeira subida de 0,23%. Subsequentes discursos da FED e uma revisão em alta do PIB dos EUA (+5,2%) adicionaram ainda mais entusiasmo, levando os mercados a aumentar as expectativas de cortes de taxa em maio.

As boas notícias significaram um resultado excepcional das obrigações com a *yield* do *treasury* dos EUA a 10 anos a cair de 4,93% para 4,33%, o maior declínio desde julho 2021. Do lado do BCE, as obrigações soberanas da Zona Euro ganharam +3,0% e os *bunds* +2,6%. Isto levou os investidores a descontar cortes de taxa já em abril do ano que vem, resultando no melhor resultado do Índice Global de Obrigações da Bloomberg desde a grande crise financeira de 2008, subindo +5,04%.

As obrigações em 2023



O apetite de risco também subiu, com o S&P 500 a quebrar as perdas dos meses anteriores com uma subida de +9,1% em retornos totais, e o NASDAQ subir até +10.8%, devido às subidas do setor tecnológico. Por outro lado, o índice de volatilidade VIX teve a maior queda desde o ano passado. As ações europeias também tiveram subidas acentuadas com o Eurostoxx 50 a subir +7,91%. Esta recuperação também apoiou o crédito empresarial (EUR IG +2,3% e USD IG +5,5%) com os *spreads* de *Investment Grade* a contraírem para 1,04%.

Os preços da energia continuaram a cair mesmo depois de anúncio de cortes de produção da OPEC (Brent -5,2%). Em oposição, o ouro atingiu máximos de 6 meses (+2.6%, \$2,036/oz.)

Depois de um novembro com retornos históricos para os mercados, sendo os cortes de taxa de juro por parte dos bancos centrais o tema dominante, dezembro conseguiu superar o desempenho do mês anterior, com parte do choque monetário de 2022 a ser revertido no período. O índice de obrigações globais obteve ganhos de +4,2% no mês, terminando o ano com um retorno, desde o início do mesmo, de +5,7%. Um resultado extremamente inesperado dado o comportamento destes ativos no fim de outubro. As restantes obrigações também continuaram o excelente desempenho, com as obrigações a 10 anos norte-americanas a terem ganhos de +3,5% e as obrigações empresariais USD com ganhos de +4,0%, enquanto as obrigações soberanas europeias subiram 3,7% e as obrigações empresariais EUR a terem um desempenho de +2,8%.

No que respeita às ações, o final do ano também trouxe subidas significativas, levando o S&P500 a ter ganhos de +4,5% e o Nasdaq a apreciar +5,6%. Do lado europeu, o Stoxx 600 subiu +3,9% no mês, sendo que os únicos resultados negativos vieram da china com o Shanghai Composite a perder -1,7%. Nas matérias-primas, o petróleo *brent* continuou a tendência de descida devido à fraca procura, terminando o ano a perder -10,3%.

Em suma, 2023 foi um ano de recuperação extraordinária após um 2022 de má memória, tendo os mercados registado valores bastante atrativos para os investidores. O S&P 500 teve uma subida de +26,3%, o STOXX 600 de +16,6% e o índice MSCI World de +24,4%. As ações tecnológicas foram as que mais se destacaram em termos sectoriais, com o NASDAQ a registar uns impressionantes +44,7%, enquanto o índice dos 7 magníficos (Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Meta e Tesla) tiveram um dos melhores desempenhos de qualquer ativo financeiro em 2023, subindo +107%.

Fonte: Deutsche Bank Early Morning Reid: December, Q4 and 2023 Performance Review

Economia Portuguesa

Após o fim da pandemia, o PIB de Portugal atingiu 5,4% em 2023, superando o nível de 2019. O PIB futuro continuou a crescer rapidamente acima da Zona Euro. O Banco de Portugal prevê uma queda da taxa de inflação de 5,2% este ano para 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, já próximo do objetivo de política monetária do Banco Central Europeu. Os efeitos negativos da inflação ainda elevada e da maior restritividade da política monetária sobre a procura interna foram complementados por melhorias no mercado de trabalho, medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e maiores entradas de fundos europeus. Além das condições monetárias e financeiras menos favoráveis, a pressão inflacionista internacional diminuiu. A procura externa dirigida aos exportadores portugueses também diminuiu.

A economia cresceu acima do previsto em 1,6% no primeiro trimestre de 2023, principalmente devido ao dinamismo das exportações, na componente do turismo. A atividade continuou a crescer no primeiro semestre do ano, com variações em cadeia de 0,3% no segundo trimestre e de 0,5% nos dois trimestres seguintes. A perspetiva de um aumento no rendimento disponível real manteve o mercado de trabalho dinâmico e incentivou a procura interna. No que diz respeito às exportações, houve ganho de quota adicional nos serviços, em linha com as tendências recentes, onde o turismo teve um impacto significativo na economia nacional neste semestre.

A inflação diminuiu desde o final de 2022, com as partes mais voláteis do IHPC a impactarem em baixa os preços em 2023. Isto foi refletido principalmente devido à redução dos preços das matérias-primas alimentares e energéticas nos mercados internacionais. A redução da inflação, excluindo estes bens, foi determinada pelas pressões associadas ao aumento dos salários e margens de lucro, bem como pelos efeitos imprecisos derivados dos componentes voláteis da inflação. Num contexto de expectativas de inflação estabilizadas, a maior restritividade da política monetária resultou na

convergência da inflação para valores próximos dos projetados para a área do euro e compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços no final do horizonte, com a inflação do segundo trimestre atingindo -0,3 pontos percentuais (pp) em relação às indicações de março do Banco de Portugal. As pressões inflacionistas externas diminuíram e a redução temporária do IVA para alguns produtos alimentícios compensou parcialmente os efeitos da inflação interna.

Foi também registada uma melhoria em relação ao défice da balança corrente e de capital de +0,4% do PIB em 2022 devido ao aumento do saldo da balança de bens e serviços em 2023, bem como os efeitos positivos de volume e termos de troca, e é previsto pelo Banco de Portugal que a balança corrente e o saldo de capital devem aumentar para 2,1% do PIB no segundo semestre de 2023.

No primeiro trimestre, a economia portuguesa desacelerou resultado de uma retração mais marcante das exportações de bens e serviços, que superou a dinâmica da procura interna. Em termos homólogos, o produto interno bruto aumentou ainda 1,9%. O indicador de clima económico continuou a tendência de desaceleração, tendo registado um mínimo em novembro. O indicador de sentimento económico, por outro lado, continuou negativo, tendo melhorado dos mínimos do segundo e terceiro trimestres.

O consumo privado recuperou no 3T, após uma contração inesperada no trimestre anterior. Uma explicação para a recuperação foi a despesa em bens alimentares, bem como a despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. No entanto, o consumo privado cresceu apenas 0,9%, abaixo do PIB, e os efeitos da inflação e das taxas de juro elevadas foram dissipados tendo a inflação desacelerado em termos homólogos. Contudo, a confiança dos consumidores voltou a diminuir em novembro, após a demissão do Primeiro Ministro António Costa e o anúncio da dissolução do Parlamento. Após dois trimestres de redução, o investimento recuperou no 3T23. Essa dinâmica foi fortemente explicada pela despesa de capital em material de transporte e propriedade intelectual. Dinâmica essa que se manteve no 4º trimestre, como demonstra a patente nas vendas de veículos comerciais. Os indicadores de investimento disponíveis, exceto os de material de transporte, permanecem em terreno negativo, indicando dinâmicas inconsistentes no 4T2023.

No final do ano as exportações de bens e serviços caíram. A evolução do setor industrial em toda a Europa, especialmente na Alemanha, foi acompanhada pelas exportações de bens. Por outro lado, as exportações de serviços contrastam com os principais dados do setor do turismo, como o aumento do número de hóspedes não residentes, das dormidas e dos proveitos do setor. As importações aumentaram, principalmente ao nível dos serviços e a avaliação da

atividade nos mercados externos, bem como as perspetivas de procura externa para o setor industrial, permaneceram em terreno negativo.

Embora continue a refletir uma economia em pleno emprego, a taxa de desemprego aumentou para 6.7%. O nível de emprego foi afetado ligeiramente pela redução da população ativa, justificado pelo fim dos empregos sazonais no setor de turismo. A taxa de desemprego registada no IEFP tem aumentado lentamente, mas ainda em mínimos, enquanto as oportunidades de emprego têm permanecido relativamente estáveis, embora abaixo das de há um ano. Ainda que a indústria tenha tido um crescimento moderado, as remunerações cresceram de forma significativa. Não obstante, os custos do trabalho diminuíram e convergiram para o crescimento constante de cerca de 6% em termos homólogos na Zona Euro. Embora tenha revertido a redução mais significativa ocorrida durante o verão, a produção industrial continuou a diminuir nas indústrias química, pasta e papel e calçados. Apesar do encerramento temporário da AutoEuropa devido a problemas com o fornecimento de peças, o setor automóvel manteve-se estável (-0.5%) até final do ano.

O Estado foi o maior beneficiário do contexto de crescimento e de inflação, com um crescimento dos impostos diretos (+13.1% tvha a outubro), e dos indiretos (+6.4% tvha), em particular do IVA (+6.7%). As despesas do subsetor Estado, acumuladas a outubro, cresceram 3.5%, fruto da dinâmica ao nível da despesa corrente (+3.1%) e dos aumentos salariais e descongelamentos de progressões, na Função Pública (as despesas com pessoal cresceram 4.3%). Os encargos com o serviço da dívida cresceram apenas 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar da subida das taxas de juro. O aumento constante das receitas fiscais, especialmente as indiretas relacionadas à resiliência da atividade económica e especialmente num ambiente de inflação elevada, tem superado o aumento das despesas públicas, resultando em um excedente orçamental ao nível do subsetor do Estado. Uma das razões para a mudança de remuneração foi o crescimento explosivo dos Certificados de Aforro (+113% YoY), que liderou o crescimento homólogo de 2.7% da dívida pública direta do Estado em outubro de 2023. A dívida pública era de 107,2% do PIB no final do 3T23. Com a descida dos preços da energia e a reversão de fatores ainda relacionados à pandemia, a taxa de inflação continua a desacelerar, situando-se em 1.5% em novembro. A inflação subjacente, que abrange alimentação e energia, desacelera mais lentamente e está em 2,9 por cento.

A reversão dos efeitos de base e a reposição do IVA na alimentação podem levar a uma aceleração da inflação nos próximos meses. Até setembro, a balança de bens e serviços teve um excedente maior, devendo-se ao aumento do saldo da balança de serviços, que atingiu um máximo histórico. Nos primeiros nove meses do ano, as exportações de

bens diminuíram 1%, enquanto as importações diminuíram 2.5% permitindo uma ligeira redução do défice da balança de bens.

Fonte: Boletim Económico Banco de Portugal (meses de Agosto e Dezembro 2023); Banco Santander Totta : Gabinete de Estudos Económicos e Relações com Investidores | Portugal. Dashboard económico Evolução e Tendências 2023)

PRINCIPAIS INDICADORES DA ATIVIDADE

(montantes em euros)

	2023	2022
Balanço		
Ativo	3 500 479	3 356 134
Capital Próprio	2 677 469	2 647 867
Demonstrações dos Resultados:		
Serviços prestados	2 065 946	1 980 933
Outros rendimentos e gastos	(2 067 981)	(1 924 523)
Resultado operacional	(2 035)	56 410
Juros e rendimentos similares obtidos	63 386	2 196
Imposto sobre o rendimento do período	(31 749)	(20 949)
Resultado líquido do período	29 602	37 657
Ativos sob Gestão	1 155 580 944	1 122 903 113
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	1,11%	1,42%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	0,85%	1,12%

O proveito com comissões aumentou cerca de 4% em 2023, por via da entrada da gestão do Fundo de Pensões do Banif, em fins de 2022 e do ganho dos fundos em valorização de mercado. Contudo, verificou-se também um aumento de custos no mesmo período, nomeadamente em custos com pessoal, por acréscimo das remunerações variáveis; e da comissão repartida para a SAM, o que se traduziu numa diminuição do resultado líquido do exercício comparativamente ao do período homólogo.

A restante atividade manteve-se estável. Quanto às rentabilidades, quer do Capital Próprio, quer do Ativo, reduziram ligeiramente em 2023.

O total de valor líquido gerido dos Fundos de Pensões aumentou aproximadamente 3% entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, essencialmente, em resultado do efeito positivo do mercado, apresentando-se o detalhe conforme se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Variação</u>
Fundos de pensões fechados:			
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Secção A	1 005 514 211	1 008 553 141	0%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Contribuição Definida Secção B (i)	24 117 131	21 755 733	11%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Benefício Definido Secção B (ii)	124 933 414	91 670 526	36%
Fundos de pensões abertos:			
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1 016 188	923 713	10%
	<u>1 155 580 944</u>	<u>1 122 903 113</u>	<u>3%</u>

(i) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Planos II e III (Contribuição Definida)

(ii) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Plano I (Benefício Definido)

Em 2023, o mercado de Fundos de Pensões em Portugal registou uma diminuição de valor líquido sob gestão, totalizando cerca de 19 mil milhões de euros, o que compara com 21 mil milhões de euros em 2022.

Apesar do enquadramento de mercado ter sido marcado por uma alguma volatilidade, os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade registaram rentabilidades positivas. Os fundos terminaram o ano com um volume sob gestão superior ao do ano anterior, tal como se compara no quadro acima, com um efeito positivo da valorização dos ativos, no valor de cerca de 82 milhões de euros.

A alocação global dos ativos do Fundo de Pensões Banco Santander Totta gerido pela Sociedade mostra um grau de diversificação sólido. O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, a 31 de dezembro de 2023, tinha, na Secção A (ver referência em quadro acima), 66% dos seus ativos alocados em obrigações, 16% em ações, 11% em alternativos, 8% em imobiliário e 2% em liquidez.

O Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa apresentava a sua carteira composta, na sua quase totalidade, por obrigações (67%) e ações (16%).

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

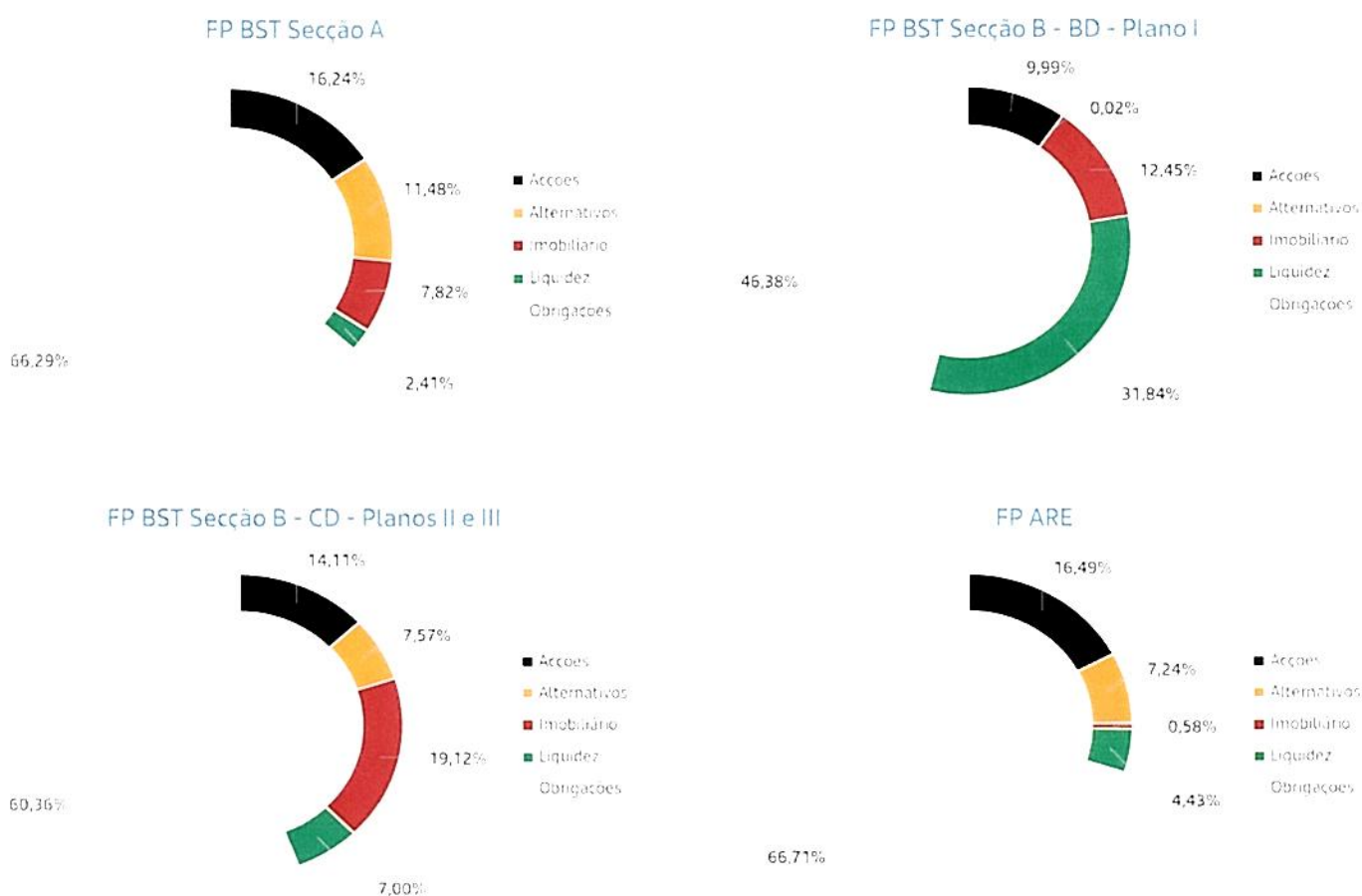
Capital Social: € 1 000 000 – NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023

No Fundo de Pensões BST Contribuição Definida – Secção B – Planos II e III, plano em que as contribuições são previamente definidas (por exemplo: uma percentagem sobre o salário mensal de cada trabalhador), sendo os benefícios determinados em função do montante final acumulado das contribuições entregues e dos respetivos rendimentos, a carteira está representada sobretudo por obrigações (60%) e ativos imobiliários (19%).

Por último, o Fundo de Pensões BST Benefício Definido – Secção B – Plano I, plano em que os benefícios se encontram previamente definidos (por exemplo: uma percentagem do salário à data da reforma), os ativos predominantes são as obrigações (46%), com cerca de 32% em liquidez, resultado da transferência de capital da Secção A do mesmo fundo, para cobertura das responsabilidades, pressuposto que tinha ficado definido ocorrer logo após a fusão entre o Fundo de Pensões BST e o Fundo de Pensões BANIF.

Abaixo, representação gráfica dos ativos dos dois fundos de pensões e respetiva distribuição por secções:

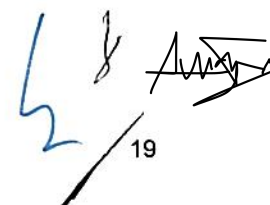


SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000 – NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Como já referido, a 31 de outubro de 2023, o Fundo de Pensões BANIF fusionou com o Fundo de Pensões Banco Santander Totta.

Por outro lado, a Sociedade prosseguiu com o Plano de Ação para as Finanças Sustentáveis, desenvolvendo a estratégia de investimento sustentável e responsável comum ao nível corporativo (Grupo Santander), assente na abordagem da relevância e consideração de aspetos ASG (ambientais, sociais e de *governance*), enfrentando o desafio cada vez maior quando se fala em reporte de sustentabilidade.

Foram aprovadas versões atualizadas das políticas internas de Investimento Sustentável e de Sustentabilidade, bem como da Política de Voto, claramente relacionadas com as estratégias ambientais, sociais e de melhores práticas de governo.

Destaque para o Fundo de Pensões Banco Santander Totta que foi distinguido com o prémio de Melhor Fundo de Pensões em Portugal 2023 pela prestigiada revista britânica IPE-Investments & Pensions Europe, no âmbito do evento IPE Conference & Awards 2023, pelo terceiro ano consecutivo.

OUTROS FACTOS RELEVANTES

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras. Em termos legais, a Norma Regulamentar n.º 5/2023-R, de 11 de julho veio revogar a Norma Regulamentar n.º 11/2020 -R, de 3 de novembro, de modo a refletir a alteração da disponibilização dos modelos, instruções, mapas e formulários de reporte, atendendo à necessidade de adaptação periódica dos mesmos, resultante, na maioria das vezes, em origem supranacional. Destacam-se, face ao elenco de deveres de informação previstos anteriormente: 1) dever de reporte trimestral referente a informação estatística de natureza comportamental; 2) dever de reporte mensal de incidentes cibernéticos; e 3) deveres de reporte anual em matéria de sustentabilidade.

CONTINUIDADE DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Sociedade continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações da Sociedade.

OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade faz uma análise periódica aos principais riscos existentes no âmbito da sua atividade: risco de crédito, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial; considerando que, para todos estes, existe baixa exposição, pela especificidade e características da mesma.

Face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito, para além do Banco Santander Totta - os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. e aos outros créditos a receber, nomeadamente as comissões de gestão dos Fundos de Pensões geridos e ainda não recebidas em 31 de dezembro de 2023, mas que já se encontram pagas à data de emissão deste relatório. Não existe exposição a taxa de juro.

A Sociedade apresenta elevados níveis de liquidez e não tem exposição direta ao risco de mercado. No que se refere ao risco cambial, os ativos e passivos da Sociedade são, exclusivamente, denominados em euros, pelo que a exposição a este risco apenas existe por via indireta, através dos fundos por si geridos.

PERSPETIVAS PARA 2024

Para 2024, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, a atividade de gestão dos dois Fundos de Pensões do Grupo Santander em Portugal.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes que afetem as demonstrações financeiras apresentadas e que devessem ser registados e/ou divulgados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais uma vez que as registadas cumprem o limite previsto no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 29 602,01 euros seja totalmente transferido para resultados transitados.

NOTA FINAL


O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados verificados, nomeadamente:

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000 – NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023


22

- Ao Banco Santander Totta, S.A., por todo o seu contributo e empenho;
- Ao colaborador da Sociedade pela sua dedicação e esforço;
- À entidade de supervisão, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da Sociedade e Revisor Oficial de Contas, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções;
- À Santander Asset Management – SGOIC, S.A..

Lisboa, 07 de março de 2024


O Conselho de Administração




(Nuno Miguel de Oliveira Henriques)



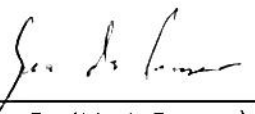
(Luis Manuel Matos Figueiredo)



(Diego Ruiz Reija)



(Amaya Lacabe Martinez)



(Sara Eusébio da Fonseca)

SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Sede: Rua da Mesquita, n.º 6 – 1070-238 Lisboa – Portugal

Capital Social: € 1 000 000– NUIPC 503 541 222 – C.R.C. Lisboa

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2023

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023



Santander Pensões

SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos intangíveis	7	-	-
Total do ativo não corrente		-	-
ATIVO CORRENTE			
Outros créditos a receber	8	1 084 077	537 310
Caixa e depósitos bancários	4	2 416 402	2 818 824
Total do ativo corrente		3 500 479	3 356 134
Total do ativo		3 500 479	3 356 134
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	10	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	10	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados		1 260 450	1 222 793
		2 647 867	2 610 210
Resultado líquido do período		29 602	37 657
Total do capital próprio		2 677 469	2 647 867
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	17	27 757	23 436
Outras dívidas a pagar	9	795 253	684 831
Total do passivo corrente		823 010	708 267
Total do passivo		823 010	708 267
Total do capital próprio e do passivo		3 500 479	3 356 134

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

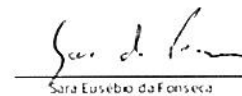
O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patrício Caldas

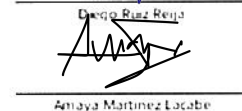
O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Sara Eusebio da Fonseca


Daniela Rita Reis


Amaya Martinez Lucabe

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

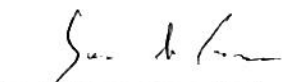
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	11	2 065 946	1 980 933
Fornecimentos e serviços externos	12	(1 813 457)	(1 715 692)
Gastos com o pessoal	13	(229 794)	(212 270)
Outros rendimentos	14	-	37 966
Outros gastos	15	(24 730)	(31 843)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(2 035)	59 094
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-	(2 684)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2 035)	56 410
Juros e rendimentos similares obtidos	16	63 386	2 196
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		61 351	58 606
Imposto sobre o rendimento do período	17	(31 749)	(20 949)
Resultado líquido do período		29 602	37 657
Resultado por ação básico	18	0,15	0,19



Humberto Miguel Patrício Caldas


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Sara Eusebio da Fonseca


Diego Ruiz Reija


Amaya Martinez Lacabe

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transiados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 31/12/2021		1 000 000	200 000	187 417	1 196 664	26 129	2 610 210
Aplicação do resultado de 2021		-	-	-	26 129	(26 129)	-
Resultado líquido do período de 2022		-	-	-	-	37 657	37 657
Saldo em 31/12/2022		1 000 000	200 000	187 417	1 222 793	37 657	2 647 867
Aplicação do resultado de 2022	10	-	-	-	37 657	(37 657)	-
Resultado líquido do período de 2023		-	-	-	-	29 602	29 602
Saldo em 31/12/2023		1 000 000	200 000	187 417	1 260 450	29 602	2 677 469

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Humberto Miguel Patrício Caldas

O Conselho de Administração

Nuno Miguel Oliveira Henriques

Luis Manuel Matos Figueiredo

Sara Eusébio da Fonseca

Diego Ruiz Reja

Amaya Martínez Lacabe

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 599 692	2 054 935
Pagamentos a fornecedores		(1 753 842)	(1 630 632)
Pagamentos ao pessoal		(196 177)	(257 891)
Caixa gerada pelas operações		<u>(350 327)</u>	<u>166 412</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(27 309)	(4 502)
Outros recebimentos/pagamentos		(88 172)	(107 824)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>(465 808)</u>	<u>54 087</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares	16	<u>63 386</u>	<u>2 196</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>63 386</u>	<u>2 196</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(402 422)</u>	<u>56 282</u>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2 818 824	2 762 542
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 416 402	2 818 824

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patrício Caldas


O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Sara Eusébio da Fonseca


Diego Ruiz Reija


Amaya Martinez Lacabe

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante “Sociedade” ou “Santander Pensões”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de fundos de pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão da Santander AM Holding, S.L., por incorporação, no Banco Santander S.A., pelo que, a partir dessa data, a Sociedade passou a ser detida diretamente pelo Banco Santander S.A. em Espanha.

A Sociedade é responsável pela gestão do Fundo de Pensões Banco Santander Totta e do Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa (adiante “FP BST” e “FP ARE”, respetivamente). Em 26 de Outubro de 2022, em adição aos dois fundos referidos anteriormente e por esta geridos, a Sociedade integrou a gestão do Fundo de Pensões BANIF (“FP BANIF”), após aprovações regulatórias. Este processo encontrava-se em curso desde 18 de julho de 2018, data da carta conjunta entre a Real Vida Seguros, S.A., a Oitante, S.A. e o Banco Santander Totta, S.A. (“BST”), em que se solicitou a extinção de quota-parte e posterior transferência da gestão do FP BANIF para a Santander Pensões.

De referir que, em 31 de outubro de 2023, ocorreu a extinção do FP BANIF com a fusão no FP BST. O FP BST passou a estar dividido em três subfundos, um afeto ao financiamento do Plano de Pensões Banco Santander Totta, designado por Subfundo Secção A e os outros dois ao financiamento, respetivamente, do Plano de Pensões I BANIF, de benefício definido, designado por Subfundo BD Secção B, e do Plano de Pensões II BANIF e Plano de Pensões III BANIF, ambos de contribuição definida, designado por Subfundo CD Secção B.

PLANO DE PENSÕES	FUNDO DE PENSÕES
Plano de pensões BST	Secção A
Plano de pensões I BANIF	Subfundo BD (Secção B)
Plano de pensões II BANIF	Subfundo CD (Secção B)
Plano de pensões III BANIF	

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2024, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas do SNC aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos e passivos correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos e passivos não correntes, os montantes que se esperam vir a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a software e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O ativo intangível é depreciado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos que se considera refletir de forma adequada o período de vida útil do ativo. No exercício de 2022, este ativo ficou totalmente amortizado.



3.3. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros (diferenças temporárias), bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos decorrem das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos considerados para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes considerados para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.4. Instrumentos financeiros

As políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

- (i) Outros créditos a receber



Os outros créditos a receber encontram-se registados no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento original inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado, entendendo a Sociedade que não existem diferenças materialmente relevantes para o respetivo justo valor.

(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

de uma taxa definida nos respetivos regulamentos/contratos de gestão dos Fundos de Pensões sobre o valor da média aritmética das valorizações da carteira no último dia de cada mês do trimestre.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos fundos de pensões por si geridos são as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Secção A	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo BD Secção B (Plano I BANIF)	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. - Subfundo CD Secção B (Planos II e III BANIF)	0,18%	0,18%
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%	0,21%

Exclusivamente no que respeita ao subfundo CD, secção B, afeto aos Planos II e III BANIF, e a título de remuneração pelas atividades e tarefas de gestão administrativa, será ainda devida à Sociedade, uma comissão calculada nos seguintes termos:

- a) 0,22% calculada sobre o valor da carteira do FP BST CD Secção B (Planos II e III), no final de cada mês e será cobrada pela Sociedade nos cinco dias subsequentes ao final do mês a que respeite;
- b) 0,25% sobre o valor das transferências e reembolsos efetuados, com um montante máximo de 25 euros por operação.

Por transferências e reembolsos efetuados, entende-se a entrega de um montante determinado em função das contribuições executadas pelos participantes, em caso de desemprego de longa duração, doença grave ou incapacidade permanente para o trabalho. O reembolso previsto não pode ser efetuado sob a forma de renda ou capital.

3.6. Comissões a pagar

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou, com a Santander Asset Management – SGOIC, S.A. (“SAM” ou “Santander Asset Management”), um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos dois fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM, correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos dos fundos de pensões no último dia de cada mês do trimestre (“comissões de gestão”). Em 26 outubro de 2022, no momento do início de gestão do FP BANIF pela Sociedade, o referido contrato foi atualizado com o objetivo de incluir este fundo no plano de prestação dos referidos serviços, replicando a taxa de comissão aplicada. Esta comissão é cobrada trimestralmente.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos Fundos de Pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade.

bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais ("comissão adicional").

A Sociedade celebrou um contrato de prestação de serviços de gestão administrativa referente ao Plano II e ao Plano III (ambos de Contribuição Definida) com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. ("STS"), do qual resulta uma remuneração paga pela Sociedade de 0,18% calculada sobre o valor da carteira dos referidos Planos de Pensões, no final de cada mês. Este valor é cobrado pela STS nos cinco dias subsequentes ao final do mês a que respeita. Esta comissão é devida pelas atividades e tarefas de gestão administrativa executadas pela STS.

3.7. Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade, relativamente aos quais é mais provável do que não que venham a ocorrer fluxos financeiros de pagamento a terceiros, ainda que a tempestividade e a respetiva quantia do dispêndio futuro sejam incertas. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

3.8. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "Diferimentos", no Ativo ou Passivo, em "Outros créditos a receber" (Nota 8) ou em "Outras dívidas a pagar" (Nota 9).

3.9. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 19).

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço (eventos não ajustáveis ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.11. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

- Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.4 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos à ordem:		
Banco Santander Totta, S.A.	2 416 402	2 818 824
	<u>2 416 402</u>	<u>2 818 824</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

A conta de depósitos à ordem encontra-se a ser remunerada à taxa €STR - 0,75% com floor zero (ver nota 16).

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2023 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e nas estimativas.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A.. São consideradas partes relacionadas, para além do acionista, as empresas do Grupo Santander e os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade. São ainda consideradas partes relacionadas o pessoal-chave da gestão da Sociedade e/ou do acionista e respetivos membros íntimos da família, bem como qualquer entidade em que estes exerçam posição de controlo, controlo conjunto, influência significativa ou em que possuam, direta ou indiretamente, poder de voto significativo.

6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2023, os membros do Conselho de Administração são conforme segue:

- Nuno Miguel de Oliveira Henriques – Presidente;
- Luis Manuel Matos Figueiredo – Administrador executivo;
- Diego Ruiz Reija – Administrador não executivo;
- Amaya Martinez Lacabe – Administrador não executivo;
- Sara Eusébio da Fonseca – Administrador não executivo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 145 999 euros e 121 855 euros, respetivamente (Nota 13).

6.3. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

		31/12/2023						
		Banco Santander Total	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Total Seguros	Santander Asset Management	Gesben	Total
Ativo								
	Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2 416 402	-	-	-	-	-	2 416 402
	Outros créditos a receber (Nota 8)	-	1 083 055	1 008	14	-	-	1 084 077
Total		2 416 402	1 083 055	1 008	14	-	-	3 500 479
Passivo								
	Outras dívidas a pagar (Nota 9)	(11 704)	-	-	(62 550)	(557 382)	-	(631 636)
Total		2 404 698	1 083 055	1 008	(62 536)	(557 382)	-	2 868 843
Rendimentos e gastos								
	Serviços prestados (Nota 11)	-	2 063 962	1 984	-	-	-	2 065 946
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 12)	-	-	-	-	(1 640 207)	(34 804)	(1 675 011)
	Gastos com o pessoal (Nota 13)	(54 858)	-	-	-	(83 584)	-	(138 442)
Total		(54 858)	2 063 962	1 984	-	(1 723 791)	(34 804)	252 493

		31/12/2022								
		Banco Santander Total	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Fundo de Pensões BANIF	Santander Total Seguros	Argon Portugal	Santander Asset Management	Gesben	Total
Ativo										
	Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	2 818 824	-	-	-	-	-	-	-	2 818 824
	Outros créditos a receber (Nota 8)	-	458 322	452	63 466	15	-	15 055	-	537 310
Total		2 818 824	458 322	452	63 466	15	-	15 055	-	3 356 134
Passivo										
	Outras dívidas a pagar (Nota 9)	(3 343)	-	-	-	-	-	(553 905)	-	(557 248)
Total		2 815 481	458 322	452	63 466	15	-	(538 850)	-	2 798 886
Rendimentos e gastos										
	Serviços prestados (Nota 11)	-	1 913 848	1 855	63 466	778	986	-	-	1 989 933
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	(1 604 017)	(27 060)	(1 631 077)
	Gastos com o pessoal (Nota 13)	(45 866)	-	-	-	-	-	(144 038)	-	(189 904)
Total		(45 866)	1 913 848	1 855	63 466	1 764	986	(1 748 055)	(27 060)	199 952

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

2023								
Saldos em 31/12/2022			Alienações			Saldos em 31/12/2023		
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
33 782	(33 782)	-	-	-	-	33 782	(33 782)	-
33 782	(33 782)	-	-	-	-	33 782	(33 782)	-
2022								
Saldos em 31/12/2021			Alienações			Saldos em 31/12/2022		
Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
33 782	(31 098)	-	-	-	(2 684)	33 782	(33 782)	-
33 782	(31 098)	-	-	-	(2 684)	33 782	(33 782)	-

Em 2023, o imobilizado incorpóreo já estava totalmente amortizado.

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Comissões de gestão		
Fundo de Pensões BST	1 083 055	458 322
Fundo de Pensões BANIF	-	63 466
Fundo de Pensões ARE	<u>1 008</u>	<u>452</u>
	<u>1 084 063</u>	<u>522 240</u>
Outras contas a receber		
Santander Asset Management - Remuneração	-	15 055
Santander Totta Seguros - PIR 2022	<u>14</u>	<u>15</u>
	<u>14</u>	<u>15 070</u>
	<u>1 084 077</u>	<u>537 310</u>

Os saldos a receber divulgados resultam do acréscimo das comissões de gestão dos Fundos de Pensões relativas aos dois últimos trimestres do exercício de 2023.

Em outubro de 2023, como já referido, ocorreu a fusão entre o Fundo de Pensões BST e o Fundo de Pensões BANIF, passando então a estar repartido por:

Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Secção A

Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo BD Secção B (Plano I BANIF)

Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. - Subfundo CD Secção B (Planos II e III BANIF)

Por subfundos, os valores a receber serão:

FP BST Subfundo Secção A	917 459
FP BST Subfundo CD Secção B	83 526
FP BST Subfundo BD Secção B	<u>82 070</u>
	1 083 055

Os 15 055 euros do ano de 2022 a pagar à SAM respeitam a um encontro de contas entre as duas Sociedades por remunerações referentes ao administrador que renunciou ao cargo em dezembro de 2021 (ver Nota 15).

9. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	361 730	363 668
Comissão adicional	188 784	183 511
Comissão a pagar à STS	62 549	13 349
Serviços obtidos e não faturados	51 895	30 073
Remuneração fixa	18 573	10 069
Remuneração variável	111 722	84161
	<u>795 253</u>	<u>684 831</u>

Em 31 de dezembro de 2023 encontrava-se por pagar o último trimestre das comissões de gestão e a comissão adicional relativas ao exercício de 2023. Estava também pendente de liquidar à STS a comissão referente a todo o exercício.

A rubrica "Remuneração fixa" apresenta o acréscimo da remuneração da administração relativa ao mês de dezembro. O custo com estas remunerações é suportado pela Santander Asset Management e, posteriormente, faturado à Sociedade.

A rubrica "Remuneração variável" refere-se à estimativa dos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho no exercício de 2023, adicionados dos valores a pagar de anos anteriores e diferidos por três anos, num total de 106 636 euros. Inclui também a remuneração variável do colaborador cedido pelo BST à Sociedade (Nota 13).

Os valores por serviços obtidos e não remunerados dizem respeito a estimativas por custos de auditoria e consultoria fiscal.

10. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Sociedade estava representado por 200 000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

Em conformidade com o artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. A 31 de dezembro de 2023 e 2022 as reservas legais são 20% do capital social da Sociedade.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 23 de fevereiro de 2023, foi decidido e aprovado que o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de 37 656,70 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de março de 2024, foi proposto, para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, que o resultado líquido do exercício de 2023, no montante de 29 602,01 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

11. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta	2 063 961	1 913 848
Fundo de Pensões BANIF	-	63 466
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1 984	1 855
Outras comissões	-	1 764
	<u>2 065 946</u>	<u>1 980 933</u>

Como já referido anteriormente, em outubro de 2023, ocorreu a fusão entre o Fundo de Pensões BST e o Fundo de Pensões BANIF, que deu origem à criação de três subfundos que suportam os planos de pensões existentes (BST e BANIF).

A repartição da comissão do Fundo de Pensões do Banco Santander Totta pelos três subfundos é a seguinte (2 063 961 euros):

FP BST Subfundo Secção A	1 811 929
FP BST Subfundo CD Secção B	91 493
FP BST Subfundo BD Secção B	<u>160 539</u>
	2 063 961

As outras comissões referem-se à comissão recebida de 2% sobre as contribuições da STS, da Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A. e da Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A. para o Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, do qual são Associados, relativa ao Plano Individual de Reforma ("PIR") dos colaboradores.

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões	1 640 207	1 604 017
Contabilidade	34 804	27 060
Auditoria, consultoria e outros serviços	52 064	57 548
Outros trabalhos especializados	86 302	26 987
Outros	80	80
	<u>1 813 457</u>	<u>1 715 692</u>

Nos exercícios de 2023 e 2022, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos serviços de contabilidade prestados pela Gesban Servicios Administrativos Globales S.A., Sucursal em Portugal ("Gesban PT").

Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda para os exercícios de 2023 e 2022, detalham-se como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Revisão legal das contas anuais (i)	16 900	16 000
Outros serviços de garantia de fiabilidade (i)	13 300	12 600
	<u>30 200</u>	<u>28 600</u>

(i) Valores sem IVA e sem despesas

13. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Gastos com o pessoal" é detalhada como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

	2023	2022
Remuneração de:		
Órgãos de gestão - Remuneração fixa	69 445	82 255
Órgãos de gestão - Remuneração variável	72 000	39 600
Órgão de fiscalização	18 560	22 366
Colaboradores cedidos	29 648	24 408
Outros benefícios	14 984	14 879
Encargos sociais	25 158	28 762
	229 794	212 270

A Sociedade recorre a 1 colaborador cedido pelo Banco Santander Totta.

A variação nas remunerações resulta, essencialmente, do aumento da remuneração variável dos administradores.

Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

2023		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsenio do Sacramento	Vogal	5 520
Marta Alarcão Troni	Vogal	5 520
		18 560
2022		
Nome	Cargo	Remuneração Fixa
José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	Presidente	7 520
Rita Sofia Felício Arsenio do Sacramento	Vogal	5 520
Luis Paulo Glória Picardo de Sousa	Vogal	3 379
Marta Alarcão Troni	Vogal	813
		17 232

Em 11 de janeiro de 2022, terminou o mandato do Conselho Fiscal da Sociedade. Na mesma data, a Assembleia Geral deliberou sobre a nova composição do órgão de fiscalização que entrou em funções para o triénio ali iniciado.

Em 5 de setembro de 2022, o vogal Luis Paulo Glória Picardo de Sousa renunciou ao cargo, tendo os efeitos da renúncia ocorrido no final do mês seguinte ao da comunicação. O vogal foi substituído por Marta Alarcão Troni que iniciou funções em 15 de novembro de 2022.

Órgãos de Gestão

Em 31 de dezembro 2023, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como indicados na Nota 6.2.

Em 2023 e 2022, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração detalham-se conforme se segue:

	2023	2022
Remuneração fixa:		
Nuno Henriques	41 051	40 000
Luis Figueiredo	28 394	28 183
José Neves	-	14 072
	<u>69 445</u>	<u>82 255</u>

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações pagas pela Sociedade durante 2023 e 2022.

Por decisão operacional da Sociedade, o Administrador José Neves, que renunciou ao seu cargo em finais de dezembro de 2021, ainda auferiu remuneração nos meses de janeiro a março de 2022.

A remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração executivos a 31 de dezembro de 2023 tinha a seguinte desagregação:

	31/12/2023	
	Pecuniário (euros)	Ações (euros)
Remuneração variável:		
Estimado em 2023 a pagar em 2024, 2025, 2026 e 2027		
Nuno Henriques	24 000	24 000
Luis Figueiredo	12 000	12 000
	<u>36 000</u>	<u>36 000</u>
Atribuída em 2022 e paga no ano 2023		
Nuno Henriques	8 640	9 787
Luis Figueiredo	3 499	3 963
	<u>12 139</u>	<u>13 750</u>
Atribuída em anos anteriores e paga no ano 2023		
Joaquim Calça Pina	2 987	2 844
José Neves	2 933	2 959
Nuno Henriques	3 093	3 488
Luis Figueiredo	587	661
	<u>9 600</u>	<u>9 952</u>
Atribuída em anos anteriores e a pagar em 2024, 2025 e 2026		
José Neves	1 867	1 866
Nuno Henriques	11 947	11 945
Luis Figueiredo	3 506	3 505
	<u>17 320</u>	<u>17 316</u>

O emitente das ações atribuídas aos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade é o Banco Santander S.A. (Espanha).

A política de remunerações da Sociedade prevê a possibilidade de, através dos seus órgãos competentes, decidir pelo não diferimento da remuneração variável quando este valor total não seja superior a 50 000 euros.

14. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros Rendimentos e ganhos		
Outros	-	37 966
	<u>-</u>	<u>37 966</u>

Em 2022, A rubrica "Outros" incluía 24 985 euros, resultantes da reversão de acréscimos de anos anteriores, relativos a Conselho Fiscal (11 040 euros) e Auditoria (13 945 euros) e referentes a valores, entretanto, liquidados (Nota 13). Inclui também a correção de 2 522 euros do valor das ações a atribuir aos administradores e 9 561 euros referentes a acertos entre a Sociedade e a SAM por valores de segurança social processados em excesso para o administrador cessante, relativos a 2021 (Nota 8).

15. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros gastos:		
Quotizações	9 784	9 501
Outros	14 946	22 342
	<u>24 730</u>	<u>31 843</u>

Em "Outros" está considerado o ajuste mensal no valor da ação associada à remuneração variável.

16. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados como se segue:

	2023	2022
Depósitos a ordem	63 386	2 196
	<u>63 386</u>	<u>2 196</u>

De referir que, em 2023, as contas de depósitos à ordem da Sociedade junto do Banco Santander Totta passaram a ser remuneradas, nas seguintes condições: STR-0,75% com floor zero, para a moeda euro.

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para os exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:

- Menor do que 1.500.000 euros	0%
- Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros	3%
- Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros	5%
- Maior do que 35.000.000 euros	9%

De acordo com o artigo 63.º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Montantes expressos em euros)

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	(27 297)	-	(22 857)
	-	(27 297)	-	(22 857)
Setor Público Estatal				
Imposto Selo		1	-	(14)
Segurança Social	-	(461)	-	(565)
	-	(460)	-	(579)
Total	-	(27 757)	-	(23 436)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser demonstrada como se segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	61 351	58 606
Outros	(3 537)	(3 923)
Lucro tributável	<u>57 814</u>	<u>54 683</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(12 141)	(11 483)
Derramas	(867)	(820)
Tributação autónoma	(25 200)	(16 536)
Total do imposto corrente	<u>(38 208)</u>	<u>(28 839)</u>
Total do imposto registado em resultados	(31 749)	(20 949)
Excesso / (insuficiência) de IRC relativo a anos anteriores (Nota 12)	6 459	7 890
Carga fiscal	<u>51,75%</u>	<u>35,74%</u>
Carga Fiscal já paga / a pagar		
Pagamento por conta	(10 911)	(5 982)
Estimativa de imposto a pagar / (a receber)	27 297	22 857

18. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi determinado conforme se segue:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	29 602	37 657
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 10)	200 000	200 000
Resultado básico por ação	0,15	0,19

O resultado por ação básico é coincidente com o diluído, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

19. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

	Valor patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos sob gestão de Fundos de Pensões		
Fundos de pensões fechados:		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Secção A	1 005 514 211	1 008 553 141
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Contribuição Definida Secção B (i)	24 117 131	21 755 733
Fundo de Pensões Banco Santander Totta - Subfundo Benefício Definido Secção B (ii)	124 933 414	91 670 526
Fundos de pensões abertos:		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1 016 188	923 713
	1 155 580 944	1 122 903 113

(i) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Planos II e III (Contribuição Definida)

(ii) anteriormente correspondia ao Fundo de Pensões BANIF Plano I (Benefício Definido)

Em 31 de dezembro de 2023, os níveis de cobertura de responsabilidades por serviços passados no Fundo de Pensões Banco Santander Totta, secção A e no Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa são de 106% e de 109%, respetivamente.

Em 2023 foram efetuadas contribuições para o Fundo de Pensões Banco Santander Totta, subfundo BD, Secção B, no montante de cerca de 860 000 euros pelo Associado Banco Santander Totta, S.A.. A 31 de dezembro de 2023, o nível de financiamento do Plano afeto a este subfundo (Plano de Pensões I BANIF BD) era de 93% (em 2022, 70%).

20. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

	31/12/2023				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos bancários (Nota 4)	2 416 402	-	-	-	2 416 402
Outros créditos a receber (Nota 8)	14	-	-	-	14
	<u>2 416 416</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 416 416</u>

	31/12/2022				Valor de balanço total
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Depósitos bancários (Nota 4)	2 818 824	-	-	-	2 818 824
Outros créditos a receber (Nota 8)	15 070	-	-	-	15 070
	<u>2 833 894</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 833 894</u>

Conforme referido na Nota 3.4, a Sociedade estima que o custo amortizado dos depósitos bancários e dos outros créditos a receber não seja materialmente distinto do respetivo justo valor.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados inputs não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que a sua atividade se resume à gestão de fundos de pensões. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras

que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem domiciliados no Banco Santander Totta (Nota 4) e aos outros créditos a receber, como sejam comissões de gestão dos fundos de pensões ainda não recebidas em 31 de dezembro.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a financiamento.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" ascendia a 2 416 402 euros e a 2 818 824 euros, respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria na conta de depósitos à ordem junto do Banco Santander Totta, sendo remunerada a taxas de mercado (Nota 4).

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição significativa ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial, tendo em atenção que os ativos e passivos se encontram denominados em euros. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e contas a receber denominados em euros.

21. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas aos exercícios de 2023 e 2022 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

22. MARGEM DE SOLVÊNCIA

Nos termos da Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro, artigos 45º e 46º, a Sociedade cumpre com a margem de solvência, apresentando um rácio muito superior ao definido.



23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes, posteriores a 31 de dezembro de 2023, que afetem as presentes demonstrações financeiras e que devessem ser registados e/ou divulgados.

O Contabilista Certificado


Humberto Miguel Patricio Caldas


O Conselho de Administração


Nuno Miguel Oliveira Henriques


Luis Manuel Matos Figueiredo


Sara Eusébio da Fonseca


Diego Ruiz Reija


Amaya Martinez Lacabe



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.500.479 euros e um total de capital próprio de 2.677.469 euros, incluindo um resultado líquido de 29.602 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 dos fundos de pensões (Fundos), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952
Registado na CMVM com o n.º 20160569

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Acionista da
Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

1. Relatório

1.1. Introdução

Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1.2. Fiscalização

No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2023, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2023, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Acompanhámos preliminarmente as contas, os resultados e o resumo da atividade desenvolvida pela Sociedade no final dos meses de setembro de 2023 e novembro de 2023, bem como os Relatórios sobre os Resultados das atividades de Controlo da Função de Cumprimento e da Função de Gestão de Riscos com referência aos 3º e 4º trimestres de 2023.

Procedemos à leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e das reuniões da Assembleia Geral realizadas durante o ano de 2023, bem como à análise de informação diversa considerada relevante para efeitos da emissão do presente Relatório e Parecer.

Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade e revimos o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização relativamente ao Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, preparado por aquela SROC, o qual refere não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade do Fundo prosseguir as operações em continuidade, nem terem sido identificadas quaisquer deficiências significativas do sistema de controlo interno e/ou do sistema de contabilidade do Fundo. Tomámos conhecimento dos Relatórios de Auditoria, emitidos (i) na modalidade de opinião sem reservas e com duas ênfases no Fundo de Pensões do Banco Santander Totta e (ii) na modalidade de opinião sem reservas no Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresas, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e cujos conteúdos damos aqui como integralmente reproduzidos.

Reunimos também com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade, da qual obtivemos os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.


MAT
22

2. Parecer

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a. O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
e,
- b. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e aos Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 11 de março de 2023

O Conselho Fiscal



José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt

(Presidente)



Marta Sobreira Reis Alarcão Troni

(Vogal)



Rita Sofia Felício Arsénio do Sacramento

(Vogal)



ATA NÚMERO 46

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 9:30horas, reuniu na sua sede sita na Rua da Mesquita, nº6, Torre A, 7/C, em Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade anónima denominada "SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.", pessoa coletiva número 503.541.222, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de € 1.000.000,00 (um milhão de euros) representado por 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias no valor nominal de €5,00 (cinco euros) cada uma, de ora em diante abreviadamente designada por "Sociedade".

A Assembleia foi presidida pelo Exmo. Senhor Dr. António Miguel Leonetti Terra da Motta, secretariado por Catarina Costa Lopes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificou que se encontrava presente o representante do acionista único da Sociedade, BANCO SANTANDER, S.A., devidamente representado, conforme carta de representação e lista de presenças organizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos termos da lei, que será assinada e ficará arquivada na sede da sociedade conjuntamente com a demais documentação respeitante a esta assembleia geral nos termos e para os efeitos do artigo 382.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), encontrando-se, deste modo, preenchido o quórum legal e contratualmente exigível para que Assembleia, com dispensa de outras formalidades, reunisse e deliberasse validamente sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e contas referentes ao exercício de 2023;

Ponto 2: Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;

Ponto 3: Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

Ponto 4: Ratificação dos valores da remuneração variável dos administradores com funções executivas.

Ponto 5: Outros assuntos do interesse da Sociedade.

E a reunião foi igualmente acompanhada presencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, Dr. Nuno Henriques, pelo Administrador Executivo, Dr. Luís Figueiredo, pela responsável da Funções de Gestão de Riscos e de Compliance, Dra. Sandra Baltazar, pela Diretora do Departamento Financeiro, Dra. Sofia Martins, pela Diretora do Departamento de Marketing e de Produto, Dr. Inês Fernandez e ainda pela Senhora Dra. Isabel Rodrigues e Dra. Rita Fonte, em representação da PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., na qualidade de ROC da Sociedade.

Realizada a ligação por videoconferência para a participação dos demais convocados para a Assembleia, verificou-se a participação, por meios telemáticos, dos Senhores Administradores, Dr. Diego Reija Ruiz e Dra. Amaya Lacabe. Foi ainda confirmada a ligação por videoconferência dos membros efetivos do Conselho Fiscal em exercício de funções a 31 de dezembro de 2023, Dr. José Eduardo Bettencourt (Presidente) e as Dras. Rita Sacramento e Marta Troni, enquanto Vogais do Conselho Fiscal. Por fim, foi confirmada a participação à distância do Dr. Humberto Caldas, enquanto TOC da Sociedade e Dr. Pedro Neves, representante da BDO (auditor dos fundos de pensões).

Aberta a sessão e entrando de imediato na apreciação da matéria constante do **Ponto 1** da ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Mesa que solicitou à Dra. Sofia Martins, responsável pelo Departamento Financeiro uma breve apresentação (**Anexo 1**) do Relatório de Gestão e demais documentação, bem como a confirmação de que os documentos de prestação de contas foram atempadamente disponibilizados ao acionista único, estando devidamente elaborados e assinados, o Relatório de Gestão e seus anexo, a certificação legal de contas e o parecer do Conselho Fiscal. Tomou a palavra a referida Dra. Sofia Martins confirmando ter sido remetida ao acionista uma cópia dos documentos referidos, tendo prestado todos os esclarecimentos solicitados.

Regista-se, a propósito, que foram apurados: um RAI (Resultado Antes de Impostos) no montante €67.810,12 (sessenta e sete mil oitocentos e dez euros e doze cêntimos) e um RLE (Resultado Líquido do Exercício) no montante de €29.602,01 (vinte e nove mil seiscentos e dois euros e um cêntimo), conforme resulta dos documentos que se anexam (**Anexo 1**).

Neste momento, pediu a palavra o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, manifestando à Assembleia o agradecimento de todos os membros do Conselho Fiscal a todas as equipas que compõem a estrutura da Sociedade, bem como à equipa da PWC (ROC), que permitiram atempadamente dar cumprimento a todos os procedimentos preparatórios da Assembleia, com regulares contactos e disponibilização de toda a informação necessária, que permitem nesta data aprovação do Relatório e Contas. Mais acrescentou que o Conselho Fiscal já dirigiu à Sociedade o seu parecer favorável.

Não havendo quem mais quisesse intervir, foram postos à votação o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a demonstração dos resultados por funções, a Certificação Legal de Contas e o relatório e parecer do Conselho Fiscal, os quais foram aprovados por unanimidade (**Anexo 2**).

Quanto ao **Ponto 2** da ordem de trabalhos e não havendo propostas alternativas à do Conselho de Administração, que constam do relatório de gestão, foram aprovados por unanimidade os



resultados apresentados pela Sociedade e deliberado que o resultado líquido do exercício no valor apurado de €29.602,01 (vinte e nove mil seiscientos e dois euros e um cêntimo), será transferido para Resultados transitados.

Quanto ao **Ponto 3** da ordem de trabalhos foi lida uma proposta no sentido de ser aprovado um voto de louvor e confiança aos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º CSC e do artigo 455.º CSC, tendo em atenção o desempenho de funções por parte dos membros daqueles órgãos sociais. Colocada à votação foi a proposta aprovada por unanimidade.

Relativamente ao **Ponto 4** da ordem de trabalhos, para cumprimento do previsto na Política de Remuneração de 2023, o presidente do Conselho de Administração, Dr. Nuno Henriques, resumiu o mapa de valores de remuneração variável dos administradores com funções executivas na Sociedade, conforme mapa que fica anexo à presente ata (**Anexo 3**). A este propósito, o acionista único, ratificou os valores da componente variável da remuneração atribuída aos Administradores Executivos.

Entrou-se, por fim, na discussão do **Ponto 5** da Ordem de trabalhos e como mais ninguém quis usar da palavra e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou encerrada a sessão cerca das 10h25m, tendo sido lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e Secretário.

(Presidente da Mesa da Assembleia)

(Secretário)